

DIÁLOGOS DE SABERES: TRAJETÓRIA DO GEPE CULTURA POLÍTICA DA UFT-TO

KNOWLEDGE OF DIALOGUE: PATH OF CULTURE GEPE UFT-TO POLICY

ALMEIDA, Rejane Cleide, Medeiros de ¹

RESUMO

O artigo é resultado de estudos, pesquisa e extensão do GEPE – Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão Cultura Política, que desde 2010 iniciou suas atividades, agregando alunos dos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, campus de Tocantinópolis. Apresentar-se-ão experiências de extensão sobre movimentos sociais e universidade. A metodologia desenvolvida nas ações compreendeu estudos de textos referenciais sobre o tema, pesquisa bibliográfica, pesquisa participante e apresentação dos textos pelos alunos no grupo. Contou com atividades de extensão no acampamento Padre Josimo, finalizando com a produção da I Jornada de Estudos sobre Movimentos Sociais, Cultura e Política. Os resultados apontam que práticas de pesquisa/extensão possibilitam uma diversidade de transformações do povo em sujeitos políticos em suas reivindicações na sociedade à qual pertencem.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Diálogos de Saberes; GEPE Cultura Política.

ABSTRACT

This article is the result of studies, research and extension of GEPE – Study Group of Research and Extension Political Culture, which has started its activities in 2010, and in which takes part students from Social Sciences and Pedagogy Course of Federal University of Tocantins, campus Tocantinópolis. This study examines the extension experiences of social movements and university. It employed reference texts about the topic, bibliographical and participatory research, and presentation of texts by students. It was developed through extension activities in camp Padre Josimo and at the end it was organized the First Seminar on Social Movements and Political Culture. The results demonstrate that the practices of research and extension enables a diversity of changes on people's perceptions about their political role regarding their claims in the society which they belong.

Keywords: Social Movements; Knowledge of Dialogues; GEPE Political Culture.

¹Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil. Aluna do curso de Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil. E-mail: rejmedeiros@uft.edu.br .

INTRODUÇÃO

A extensão universitária apresenta como elementos norteadores a interface, o ensino, a pesquisa e a extensão. Tem por objetivo proporcionar condições para a realização de atividades extensionistas, partindo do princípio de que este é um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de forma indissociável, que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Visa estabelecer o vínculo entre o conhecimento acadêmico, a intervenção social e o comprometimento com o desenvolvimento sociocultural da comunidade. (PLANO PLURIANUAL INSTITUCIONAL, UFT, 2010).

O papel da extensão universitária é, portanto, realizar o compromisso da Universidade, através dos programas, projetos, cursos, serviços, seminários, entre outras ações, que são cadastradas, apoiadas e executadas pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. A extensão da Universidade Federal do Tocantins – UFT tem por princípio norteador consolidar políticas acadêmicas de extensão, fortalecendo o projeto da Universidade de interagir com os diversos grupos sociais, de forma a contribuir para o desenvolvimento da região. (PLANO PLURIANUAL INSTITUCIONAL, UFT, 2010)

O artigo apresenta seções que tratam inicialmente do percurso metodológico da pesquisa na extensão. Em seguida, apresentar-se-á o histórico do território em estudo, suas características e seu histórico de luta. Nesses meandros, é pertinente demarcar o conceito de território, territorialização, como sendo indispensável para o entendimento do espaço que se estuda e se conhece. O processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e conquistas de assentamentos rurais. A luta pela terra permite entender que a forma de organização social e o território são indissociáveis da luta camponesa. Apresentar-se-á, também, o conceito de movimentos sociais como ações coletivas políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais.

Na seção seguinte, expõe-se a formação do GEPE – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão, com atividades do grupo (entende-se que o grupo de pesquisa/extensão é um espaço para potencializar projetos de extensão entre os acadêmicos) e o conhecimento da comunidade em estudo. A seguir, discute-se a atividade de pesquisa/extensão que ocorreu no Acampamento Padre Josimo em Buriti – TO, que buscou resgatar a história de luta pela terra de um coletivo de camponeses.

Na sequência, discutir-se-á sobre a I Jornada de Estudos sobre Movimentos Sociais, Cultura e Política como atividade geradora de reflexões sobre as teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade, como também do protagonismo dos movimentos nas ações coletivas do campo.

E, por fim, seguem as considerações finais sobre as atividades de extensão que potencializaram conhecer a realidade em estudo, apontando que muitas das práticas constituídas na pesquisa surgem como método de ação e forma de aprendizagem coletiva. Isso pode possibilitar uma diversidade de transformação do povo em sujeitos políticos, em suas reivindicações na sociedade à qual pertencem. Ressalta-se a importância da pesquisa nas atividades de extensão e como os resultados da pesquisa geram atividades de extensão, a fim de contribuir com as comunidades por meio de projetos que colaborem com o desenvolvimento local.

PERCURSO METODOLÓGICO

Destaca-se que a pesquisa nas atividades de extensão é importante para o conhecimento da realidade em estudo e, posteriormente, intervenção nesta realidade; sobretudo porque os resultados da pesquisa são investidos na extensão como forma de projetos, ou seja, são instrumentos que potencializam a transformação.

Nesta perspectiva é que a pesquisa sobre movimentos sociais, gerada a partir da organização política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com a compreensão das práticas, da forma organizacional dos homens e mulheres nos movimentos sociais no Bico do Papagaio, tem como prerrogativa conhecer o modo de ser e pertencer desses(as) camponeses(as). A pesquisa é participante, com observação participante. Para Brandão (1999, p.13):

A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classes que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa.

Entretanto, o autor adverte que não é necessário que o pesquisador seja como ele para conhecê-lo. É necessário que o cientista e sua ciência tenham compromissos e participação com o trabalho histórico e os projetos do outro. A pesquisa precisa, sobretudo, compreender para servir.

A partir desse entendimento, buscou-se realizar a pesquisa que ora se apresenta no movimento da totalidade e possibilidade histórica, para uma análise das práticas que visualizam participação, investigação e ações educativas, como momentos de um mesmo processo. Neste processo, encontra-se o germe de um ou mais estilos alternativos de trabalho junto aos camponeses(as), sujeitos históricos da região do Bico do Papagaio em Tocantins. O propósito é contribuir, por meio da produção e da comunicação de conhecimentos, para a criação de uma nova hegemonia.

Os projetos de extensão surgem a partir das pesquisas sobre movimentos sociais: 1. Movimentos sociais e práticas educativas, 2. Movimentos sociais e produção de saberes, ambos no período de 2010 a 2014. Como organização de atividades de extensão, foi proposta uma jornada dos movimentos sociais, que tinha por objetivo proporcionar espaços de debates e reflexões sobre a luta pela terra.

Outra importante atividade de extensão foi conhecer o acampamento Padre Josimo – na época era o mais antigo do Estado, à beira da estrada, cerca de quatro anos. Hoje os camponeses(as) estão assentados(as).

Em contato com os acampados(as), os discentes apresentaram a universidade e como os jovens camponeses poderiam ter acesso ao ensino superior. Os discentes também organizaram uma roda de conversa para falar sobre a conjuntura do país, os problemas que os afligem e ouviram os camponeses(as) sobre suas dificuldades de viver à beira da estrada, sendo criminalizados e desrespeitados pelo Estado e pela sociedade. A história do acampamento foi contada pelos trabalhadores(as).

Esta foi uma possibilidade para que os discentes pudessem conhecer as pautas de luta dos movimentos sociais do campo, suas bandeiras, organização, identidade, princípios e busca por direitos sociais, políticos e culturais, assim como estabelecer uma relação entre a comunidade e a universidade.

Outra atividade de extensão desenvolvida foi a I Jornada de Estudos sobre Movimentos Sociais, Cultura e Política, que nasce a partir do projeto de extensão com os trabalhadores(as) Sem Terra do acampamento Padre Josimo, a fim de possibilitar reflexões sobre a temática. A Jornada ocorreu no período de 19 a 21 de abril de 2013, na Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis. Envolveu a comunidade acadêmica, alunos do ensino médio da cidade e de municípios vizinhos, movimentos e

organizações sociais.

A Jornada contou com uma programação que possibilitou debates e reflexões, tais como: “O Protagonismo dos Movimentos Sociais na Construção da Cultura Política”, MST – Movimento Sem-Terra e Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB – TO, luta pela terra, conflitos agrários e desenvolvimento rural.

A caracterização do Território onde as atividades de extensão ocorreram é relevante para a compreensão de disputas entre projetos na região.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

O Estado do Tocantins tem um dos mais baixos indicadores socioeconômicos do país. O universo da pobreza no estado vem desde a sua estrutura socioeconômica, baseada na exploração da mineração no Século XVIII até os dias atuais. Os índices do censo (IBGE, 2010) mostram que o Brasil tem 16,2 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, o equivalente a 8,5% da população. No Tocantins, esse percentual chega a 11,8% da sua população que vive em extrema pobreza. São cerca de 163 mil de um total de 1.417.694 habitantes, de acordo com dados do PNAD (2012). Dos mais de 163 mil pobres do estado, 48,5% estão na área rural e 51,4%, na área urbana. A pesquisa mostrou que 12,8% da população vivem com renda mensal *per capita* de até um quarto do salário mínimo. São 398.367 domicílios nessas condições (considerando-se 3,3 pessoas por domicílio). Outros 21.979 (5,5% do total) domicílios não têm rendimentos. Ampliando-se a análise, chega-se a verificar que mais de 72,5% (1.033.412) da população do estado sobrevive com renda de até um salário mínimo por mês, considerando-se a média de 3,3 pessoas por domicílio.

A população do Tocantins é formada, em grande parte, por migrantes, que vêm do Pará, Maranhão e outros estados do Nordeste. Os provenientes de outros estados somam 35,1% (no Brasil os migrantes nacionais correspondem a 19%), estando 74% no espaço urbano. Dados referentes à população demonstram que aproximadamente 49% da população do Tocantins são do sexo feminino. É também uma população jovem, ao passo que cerca de 48% da população têm menos de 19 anos (no Brasil esse índice é de 40%), e a densidade populacional do estado é de 4,2 habitantes por km². A taxa anual de crescimento populacional situa-se na faixa de 2,6%, contra 2,9% da Região Norte e 1,6% do Brasil.

A REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

A mesorregião do Bico do Papagaio compreende 66 municípios, sendo 25 no estado do Pará, 16 no Maranhão e 25 no norte do estado do Tocantins. Está delimitada a oeste com o estado do Pará e a leste com o estado do Maranhão. É inserida no ecossistema de mata de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, comumente chamada de Pré-Amazônia, zona de ocorrência de babaquais. Essas áreas são partes integrantes da Amazônia Legal. Confluência do cerrado com a mata amazônica, a região é banhada pelos rios Araguaia e Tocantins, o que a torna uma região rica em diversidade ambiental. A diversidade social também é extremamente rica: indígenas, pequenos agricultores, quilombolas, assentados, pescadores, extrativistas, mineradores e artesãos. A ocupação da região pode ser dividida em duas frentes, com características distintas: pecuária extensiva,

mineração, agricultura de exportação e agricultura familiar.

A população foi estimada pelo IBGE (2010) em 198.388, ao passo que 61.012 vivem na área rural, o que corresponde a 34% do total. E, deste total, 7.406 são agricultores familiares; está dividida em 25 municípios, possui uma área total de 15.767,856 km² e foi cenário de lutas de resistências na ditadura militar e da luta dos posseiros na década de 1980.

Já o Município de Tocantinópolis (município do Bico do Papagaio), onde localiza-se o *campus* da Universidade Federal do Tocantins, conta com uma população de 22.619 pessoas e uma área de 1.077,073 km².

O Bico do Papagaio, como é conhecido pelo seu desenho, que assemelha um bico de um pássaro, possui grandes extensões de terras griladas por latifundiários que vieram de outras regiões do país em busca de terras, ignorando a existência de camponeses e indígenas nessas terras. Estes fatores foram decisivos para o Movimento Sem Terra se constituir enquanto sujeitos coletivos no Tocantins, com uma política de resistência e sobrevivência.

Esta região foi marcada por intensos conflitos agrários pela posse da terra, durante as décadas de 1970 a 1980, entre trabalhadores rurais da Região Nordeste do país, principalmente a população oriunda dos estados do Maranhão e do Piauí, fazendeiros e investidores da Região Centro-Sul do país. Eles se apropriaram de grandes extensões de terra para a prática da pecuária de corte, motivados pelos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal, como forma de promover o crescimento econômico e a ocupação da Amazônia. Nesta área, conhecida como o “corredor Carajás”, porta para o transporte dos minérios extraídos no estado do Pará, assistiu-se a um intenso processo de “grilagem”, expropriações violentas das famílias dos agricultores(as), perseguições, assassinatos de posseiros e práticas constantes de violação dos direitos humanos.

A luta pela resistência se fortaleceu com a vinda de missionários(as) da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que foi muito importante no apoio aos trabalhadores(as) rurais. Já na década de 1980, criaram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR na região, com o apoio da CPT. Desta forma, se organizaram, articularam a implementação de um amplo processo de reivindicação pela reforma agrária, que passou a exigir o direito à posse da terra enquanto meio de produção e sobrevivência. Na segunda metade dos anos de 1980, o Governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, inicia a implantação dos Assentamentos Rurais.

Os primeiros assentamentos implantados foram nos municípios de Esperantina e São Miguel do Tocantins. Com a criação do Estado do Tocantins, em 1989, muitos municípios foram desmembrados, dando origem a vários outros, a exemplo do município de Axixá do Tocantins, desmembrado de Itaguatins. A região onde se localizam os municípios de Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Esperantina e São Miguel do Tocantins é conhecida atualmente como Polo Pioneiro do Bico do Papagaio.

Em função destes acontecimentos, a população da região continuou a se organizar, transformando os municípios que formam o território do Bico do Papagaio numa das regiões do estado com o maior poder de mobilização e de articulação, capaz de enfrentar as situações adversas não somente do ponto de vista das organizações da sociedade civil, mas também na organização da produção.

Os territórios são formados, sobretudo, no espaço geográfico, a partir de diferentes relações sociais. Essa premissa conceitual de território permite avançar no sentido de

problematizá-lo. O espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, uma vez que estas últimas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. O território é um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder é concedido pela receptividade: o território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação.

É no espaço geográfico que estão os espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, a humanidade e a natureza (FERNANDES, 2010). É por essa via que se transforma o espaço geográfico e se modifica a paisagem dos territórios, regiões e lugares. A produção do espaço se constitui a partir das relações sociais no movimento da vida, da natureza, em sua articulação com a produção do conhecimento.

Para Santos (2011, p. 247), há uma “interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso”. Isso introduz a ação humana e, como potencialidades, o trabalho e a política.

O território, na proposição de Santos (2011, p. 248), constitui as ações passadas, cristalizadas e também presentes, materializadas nas ações: “as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade”. São, nesse sentido, objetos, técnicas e cultura constituídos historicamente. Isso implica o sentido e o significado real que surgem das atividades realizadas por um conjunto de ações. Conclui-se daí que o espaço é eminentemente histórico e sua historicidade parte da constituição da materialidade territorial e das características das ações sociais.

Em Tocantins, a luta pela terra nos últimos 20 anos resultou na conquista de diversos latifúndios, originando 24 mil famílias assentadas em 364 projetos de assentamentos, presentes em mais de 92 municípios do Tocantins. O processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Para Fernandes (2010), esses territórios constituem-se em novos espaços. É onde os trabalhadores rurais se recriam e reproduzem a luta pela terra, mediante a formação de um movimento camponês. Essa leitura da terra permite compreender que a forma de organização social e o território são partes indissociáveis da luta camponesa.

A territorialização é um processo permanente na história dos movimentos sociais, em especial para o MST. Isso porque a luta camponesa pela terra, a conquista de um latifúndio e sua transformação em assentamento rural promovem mudanças na estrutura fundiária. A divisão da terra aumenta significativamente o número de pessoas nesse território. Essa nova realidade altera as formas de organização do espaço e do trabalho e, por conseguinte, as relações sociais e políticas. O acesso à terra é condição essencial para o campesinato para assegurar seu meio de existência, construir sua identidade e reproduzir seu trabalho familiar.

Para Fernandes (2010), a territorialização dos movimentos sociais por meio da ocupação da terra é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato. As lutas realizadas proporcionaram a ressocialização de trabalhadores que nunca tiveram terra. Nessa luta, entrecruzam-se diversas motivações: indignação, necessidade, interesse, consciência política, identidade camponesa, concepções de economia moral da terra e a expectativa de superação forjada na dinâmica coletiva de luta.

Como movimentos sociais, Gohn (2007) define ser a ação dos homens na trajetória da História, o que envolve um fazer e um pensar por meio de ideias que fundamentam essas ações. A autora destaca que a categoria espacial (movimentos de periferia, guetos

pobres, camponeses, dentre outros) tem um forte peso no componente social. A força social dos movimentos sociais se dá a partir da análise do contexto político em que se desenvolve o movimento, por meio da reflexão de suas redes de articulação, dos princípios articulatórios internos e externos.

Ressalta, ainda, que a avaliação de um movimento deve contribuir para o processo de mudança social, entre avanços e retrocessos, mediante a participação ou contribuição dos repertórios de ações coletivas dos movimentos sociais, entre ciclos de protesto que se constituíram em determinados momentos históricos.

As principais categorias teóricas dos movimentos sociais são históricas e ditadas no tempo e no espaço com diferentes paradigmas. Algumas preexistem; outras são criadas pela investigação. Tanto se fundamentam em conceitos já existentes, como se originam de novos conceitos. São construídos de uma cultura política. Algumas categorias analíticas originaram-se de fenômenos como exclusão social, resistência e participação, o que abarca, dentre outros aspectos, experiência, direitos, cidadania e identidade coletiva. Numa dimensão de longo alcance, os movimentos sociais politizam as demandas de forma geral, dando-lhes visibilidade na esfera pública (GOHN, 2007).

Estudar os movimentos sociais é o grande objetivo do GEPE. Desde compreender como se organizam os movimentos, quais suas referências e orientações políticas, concepções de sociedade e, especialmente, os elementos teóricos para subsidiar a construção da organicidade do movimento. Assim, na seção a seguir, apresentar-se-á uma breve incursão sobre a história do grupo e sua atuação na pesquisa e na extensão.

FORMAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDO, PESQUISA E EXTENSÃO

O GEPE Cultura Política nasce a partir do interesse em estudar o tema dos movimentos sociais. O objetivo do grupo de pesquisa e extensão era conhecer a realidade local e regional onde o campo da UFT está localizado, sobretudo, em uma região de intensas lutas pela terra. Nesse contexto, os discentes se envolveram na temática, o que despertou o interesse de conhecer esse território, que conta com uma substancial presença de camponeses e suas atividades na agricultura familiar. Ressalta-se, também, que no território é forte a presença do agronegócio como forma de produção de mercadoria.

Projetos de iniciação científica, de extensão, grupos de trabalhos, TCC (trabalhos de conclusão de curso) são atividades que deram forma e conteúdo ao movimento dos discentes no mundo acadêmico, desenvolvendo uma relação com a comunidade e com a produção científica. O grupo iniciou-se em 2010, organizou mobilizações e místicas nas atividades de extensões, produziu um coletivo de jovens que desenvolveram o gosto pela pesquisa e pela extensão.

As atividades desenvolvidas no grupo são compostas de procedimentos e instrumentos metodológicos, como o levantamento bibliográfico que se vincula ao tema, tais como: ensinar e aprender em acampamento do MST; questões agrárias e campesinato; leitura do material bibliográfico selecionado, como também participação nas atividades, ocupações e manifestações do Movimento; realização de entrevistas com os trabalhadores(as) do acampamento Padre Josimo; exposição das leituras no GEPE (Grupo de Estudo e Pesquisa Cultura política).

Como ações norteadoras de extensão, produziram-se duas atividades denominadas: 'Formação política no acampamento Padre Josimo' e a 'I Jornada de Estudos sobre Movimentos Sociais, Cultura e Política', as quais serão apresentadas a seguir.

PESQUISA NA ATIVIDADE DE EXTENSÃO: ACAMPAMENTO PADRE JOSIMO – TO

Partindo da premissa de que os conflitos agrários contemporâneos têm suas origens na natureza e na forma como foi o processo de ocupação do território brasileiro desde o Descobrimento, no qual ainda neste período era forte a concentração fundiária, como adverte Buainaim (2008, p. 23): “[...] a terra no país ocupava um papel central na economia e na sociedade brasileira, fosse como fonte de poder, fosse como reserva de valor”.

O país também passou por grandes momentos, mas sem qualquer mudança na distribuição da propriedade da terra, como o fim do tráfico de escravos, abolição da escravatura, proclamação da República, Revolução de 1930, processo de industrialização, entre outros (BUAINAIM, 2008). A luta pela terra fez emergir novos atores sociais e, junto com eles, seus saberes, frutos de experiências: fazeres e saberes da luta cotidiana.

Como resultado de saberes entre universidade e comunidade, realizou-se uma atividade política no acampamento Padre Josimo, Buriti – TO, envolvendo discentes do GEPE Cultura Política, em 2013. Tinha por objetivo realizar uma formação política com os acampados.

O processo de formação política da consciência política é complexo e amplo, pois trata da elevação permanente em todos os sentidos, do nível de conhecimento e experiência de vida dos trabalhadores, dos militantes, dirigentes e dos quadros políticos da organização. (CARTILHA MST, 2013, p. 27).

Ao chegar ao acampamento, encontramos um coletivo de camponeses numa roda de conversa, discutindo sobre os problemas do acampamento e as ações políticas contra os desmandos do Estado. Os discentes falaram do objetivo da visita ao acampamento e da possibilidade de estabelecer um diálogo entre a realidade e a teoria estudada na academia, uma vez que o GEPE tem por objeto de estudo os movimentos sociais e a luta pela terra.

O acampamento recebe o nome em homenagem a Padre Josimo, liderança da luta pela terra na região do Bico, assassinado em 1987 por pistoleiros, a mando dos ruralistas, grileiros de terra. Está localizado às margens da rodovia TO-201, no município de Buriti do Tocantins. Sua população é de 9.767 habitantes. Possui uma área de 272,19 km². O acampamento surgiu a partir de uma associação de trabalhadores rurais, na qual todos tinham o mesmo objetivo: conseguir o benefício da terra para nela trabalhar.

Nós fazíamos reunião lá na rua mesmo, lá na cidade [...]; nós nos reuníamos assim, no quintal; em todo lugar que dava certo, nós marcávamos uma reunião. Tinha mais de três anos que nós tínhamos essa associação e nunca tinha conseguido nada, aí nós entramos em contato com o MST, eles vieram conversar com nós, daí a gente acampou na beira da estrada, como agora estamos nós [...]. Na época, veio umas 40 famílias, veio gente de todos os lugares, lá da Esperantina e Buriti. Aí nós chegamos aqui era de noite, quatro horas da madrugada, chegamos aqui e todo mundo começou a limpar a área. Aí as pessoas ficaram sabendo: É os Sem-Terra invadiram acolá! Aí foram chegando mais, aí esse acampamento era grande, aquilo tudo era casa, tudo, tudo [...] era muita gente, de todo lugar: Maranhão, Pará. (Entrevistada, 34 anos, 2013).

A ocupação ocorreu em outubro de 2005, e o acampamento possuía cerca de 200 famílias. Mas, devido à burocratização do INCRA para desapropriação das terras, o procedimento se tornou demorado e, com isso, muitos desistiram. Hoje, o acampamento tem quatro anos de existência e possui 42 famílias. Eram 50 famílias. Entretanto, dez famílias já foram assentadas. Para muitos, essa é uma das grandes vitórias do acampamento Padre Josimo. “[...] já chegou a ter 200 famílias, aí foram desistindo, foram desanimando, algumas não tinham tempo de esperar, dizia que a terra não ia sair, mas tem deles que já está de novo aqui de volta”. (Entrevistado, 44 anos, 2013).

O acampamento não tem nenhuma infraestrutura: as barracas construídas são de palha; não há fornecimento de energia elétrica; não possuem geradores; e a água é conseguida através de poço artesiano construído pelos acampados. O Estado não fornece nenhuma estrutura ao acampamento, pois é considerado uma invasão às terras públicas. Em frente do acampamento, localiza-se uma fazenda, e no fundo há um assentamento: o Santa Cruz. Assim, os acampados sobrevivem por meio de programas de assistencialismo do Governo. Os trabalhadores realizam serviços em fazendas próximas e na estratificação do azeite do coco babaçu.

No estado do Tocantins, a luta pela terra se constitui, historicamente, por uma região de fronteira agrícola, caracterizada por um cenário de lutas e resistência dos camponeses. O MST constitui sujeito político no Tocantins, incorporando uma experiência histórica, enquanto classe na região. Martins (2009) apresenta um estudo sobre fronteira, no qual adverte que a história contemporânea da fronteira no Brasil é uma história de destruição, mas também é uma história de resistência, de revolta, de protesto e, sobretudo, de esperança. É essencialmente uma história das lutas sociais.

Nesse sentido, concorda-se com o autor, pois a fronteira é o lugar do encontro das diferentes razões de estarem ali. De um lado, estão os grandes proprietários de terra; do outro, os camponeses pobres. Mas o conflito que se aloja nesse cenário faz com que a fronteira seja um lugar dos desencontros, de formas diferentes de produção da vida na terra, de visões de mundo.

Sobre a luta pela terra e a tensão entre projetos em disputas é que surge o projeto sobre a I Jornada dos Movimentos Sociais. Na seção seguinte, apresentar-se-á a trajetória de extensão da I Jornada de Estudos sobre Movimentos Sociais, Cultura e Política, seu desenvolvimento e resultados.

ATIVIDADE DE EXTENSÃO - I JORNADA DE ESTUDOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, CULTURA E POLÍTICA: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DE SABERES

A Jornada de Estudos sobre Movimentos Sociais, Cultura e Política foi organizada pelo GEPE Cultura Política e o Centro Acadêmico Florestan Fernandes, do curso de Ciências Sociais. Fruto de debates no grupo e das atividades vivenciadas junto ao MST, no acampamento Padre Josimo, ocorreu no período de 19 a 21 de abril de 2013, no *campus* de Tocantinópolis. Envolveu a comunidade acadêmica, alunos do ensino médio da cidade e de municípios vizinhos, movimentos e organizações sociais.

A Jornada contou com uma programação que possibilitou debates e reflexões, tais como: “O Protagonismo dos Movimentos Sociais na Construção da Cultura Política” – MST – TO e MAB – TO; “A importância da mobilização estudantil nas lutas sociais”;

e também ocorreram oficinas sobre movimento negro; teoria dos movimentos sociais; teoria política; mística nos movimentos sociais; a nova esquerda na América Latina; Agroecologia e Agronegócio: disputas e conflitos; o feminismo na atualidade; diversidade sexual; arte circense. Foi realizada uma roda de conversa sobre “Cidadania e Direitos Humanos”, “História Indígena e Transculturalidade”.

A Jornada teve como objetivo geral proporcionar à comunidade acadêmica reflexões sobre o papel dos movimentos sociais nas diversas temáticas tratadas nas lutas sociais, no intuito de fomentar o protagonismo estudantil, facilitando a inserção desses atores nas discussões acadêmicas e sociais. E, especialmente, estabelecer uma relação entre os movimentos sociais e a universidade. Como objetivos específicos: 1. Oportunizar o debate entre estudantes e membros da comunidade em geral, dentro de eixos temáticos escolhidos; 2. Fomentar o protagonismo estudantil; 3. Oportunizar a participação dos discentes da UFT em movimentos sociais; 4. Intercambiar experiências; 5. Promover a arte e a cultura.

Entre textos e contextos, as reflexões teóricas sobre movimentos sociais e ações coletivas abordadas durante os debates na Jornada por professores da Universidade apresentaram um estudo conceitual, que segue no tópico a seguir.

RESULTADOS DA I JORNADA: DEBATES TEÓRICOS APRESENTADOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS

Os debates teóricos tratados pelos professores na Jornada apresentaram uma síntese sobre as principais abordagens das teorias dos movimentos sociais. Apontam para a compreensão dos processos das ações coletivas contemporâneas enquanto entendimento da superação da dualidade entre novos e velhos movimentos sociais, que, historicamente, marcou o debate conceitual no campo das ciências sociais.

Isso é um grande salto para as análises dos movimentos sociais, uma vez que, nas sociedades contemporâneas, o conflito sociopolítico não tem espaço delimitado de ação, não faz parte do sistema econômico industrial e nem tem origem nos sistemas formais de representação política. O conflito está na vida cotidiana, e os movimentos sociais não são personagens que se movem em função do fim que lhe atribuem os ideólogos, mas se apresentam como redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação coletiva de atores sociais.

Nessa perspectiva, a identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores sociais, pois, na vida cotidiana, os indivíduos fornecem um sentido à própria ação, que não é mais aquela indicada pelas estruturas sociais e submetida aos vínculos da ordem constituída.

Diante do exposto, pode-se constatar que há uma construção de um espaço social e analítico plural no qual a ação coletiva de atores se torna uma questão de investigação. Há uma distinção quanto às orientações da ação coletiva na medida em que os fenômenos coletivos envolvem a solidariedade. O conflito entre atores e a quebra de limites de incompatibilidade do sistema de relações sociais e outros atores estariam mais comprometidos com a manutenção dos limites de variabilidade do sistema social.

Os estudos sobre movimentos sociais se constituem no campo da Sociologia como um debate que enfrenta diversos olhares. Para Alonso (2009), três grandes teorias explicativas para os estudos sobre movimentos sociais podem ser assim definidas: Teoria

da Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Entende-se, outrossim, que essas teorias sofreram mudanças ao longo das transformações da sociedade contemporânea, incluindo elementos de dimensões culturais.

Para Alonso (2009), os percursores da Teoria da Mobilização de Recursos defendiam que os movimentos sociais precisavam de uma estrutura organizativa para, de fato, ocorrer e se manter. A racionalização das atividades políticas, da burocratização e das normas, hierarquias internas e divisão do trabalho, especialização dos membros, com os líderes, como gerentes, administrando os recursos e coordenando ações poderiam potencializar o movimento. Negavam os elementos explicativos do Marxismo, no que se refere à questão economicista. Defendiam que mais importante do que identificar as razões é, notadamente, explicar como ocorre o processo. E a ação coletiva só se dá por meio da presença de recursos materiais (financeiros) e humanos (ativistas).

Assim, a teoria ressalta a racionalidade e a organicidade do movimento, negando as ideologias e os valores nas proposições das mobilizações coletivas. Para a autora (ALONSO, 2009), esta teoria não teve influência de destaque nas pesquisas sobre movimentos sociais na América Latina. Isso ocorreu porque nega o lugar da cultura. A principal crítica a este modelo teórico era de que o mesmo excluía valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados.

Para Tarrow (2009), a ação coletiva não é uma categoria abstrata, que fica fora da História, da política ou da Sociologia. Torna-se confronto quando os sujeitos, que têm seus direitos negados, não têm acesso às instituições, desafiam as autoridades. É a ação coletiva de confronto é a única arma de que dispõem contra os mais poderosos. Os movimentos elaboram ideologias, socializam seus problemas e privações, buscam marcar suas identidades como forma de pertencimento e mobilizam seus membros com organicidades, muitas vezes. Os organizadores, portanto, utilizam-se do confronto para ganhar visibilidade, reunir maior número de pessoas e mobilizá-las contra seus opressores.

Por sua vez, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais também se enquadra como teoria macro-histórica e associação entre mudança social e formas de conflitos. Alguns autores, entre os quais Alberto Melucci, Touraine e Habermas, estão nesta teoria, que tem como princípio a interpretação cultural dos movimentos sociais. Os novos movimentos sociais seriam formas particulares de resistência e de busca de reconhecimento da diversidade, grupos sociais residentes no âmbito da sociedade, que valorizam formas de produzir a vida.

Nesse sentido, as mudanças estão ligadas às transformações vividas pela sociedade complexa. Isto porque os processos de individualização e autonomia dos sujeitos concedem à experiência individual um *status* elevado. Implica dizer que os processos do modo de viver destes sujeitos são cada vez menos estudados. Portanto, é dada importância às experiências da vida cotidiana como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir como sentido da própria ação, o que, para Melucci (2011), muda o foco para as dimensões culturais da ação humana.

Definem-se, nessa teoria, os movimentos sociais como sendo forma de ação coletiva, que surge a partir de um campo de oportunidades e possui lideranças e estratégias. Por essa razão, vê-se que incorpora a tese da TPP. Mas vai discutir sobre redes de relacionamentos, que implica construção e interação, e não de estruturas de mobilizações. Ocorre, entretanto, um deslocamento das reivindicações, do entendimento de redistribuição –

mundo do trabalho para vida cotidiana –, afirmando novas identidades e novos valores. Assim, os movimentos de classe dão lugar a movimentos simbólicos, identitários e cognitivos. Isso ocorre devido às mudanças na forma de dominação cultural (tecnologia e ciência).

Para Melucci (2001), os movimentos sociais nas sociedades complexas diferem de um ator coletivo politicamente organizado. Possuem características de redes de grupos, pontos de encontro, circuitos de solidariedade. Isso implica novos elementos e profunda transformação na forma organizativa.

A forma de organização possui um caráter simbólico e está imerso na vida cotidiana. Os elementos significativos nessa sociedade complexa estão relacionados a questões da identidade individual e à ação coletiva. A solidariedade do grupo não se separa da individual e das questões afetivas e do que tem de mais novo hoje, a questão comunicacional dos indivíduos e sua relação com as coisas da vida.

A ação coletiva se manifesta através de ruptura de limites. Simultaneamente, os fenômenos coletivos implicam a solidariedade, isto é, a capacidade dos autores em reconhecer outros e serem reconhecidos como partes integrantes da mesma unidade social.

O conflito orienta procedimentos dos atores sociais. Melucci (2005) afirma que um movimento, como categoria analítica, não se limita apenas ao conflito e sua presença não é suficiente para caracterizar uma ação coletiva como movimento social, já que aponta para outras formas de conflito e de consenso. O autor adverte que a questão que precisa ser observada é quanto à forma de análise e de tratamento do conflito dentro de uma lógica mais ampla das relações sociais.

Mas uma questão se põe nesse debate sobre a diversidade nos movimentos e que Scherer-Warren (1998) chama à atenção é que os movimentos sociais contemporâneos possibilitam uma definição como redes sociais complexas que apresentam elementos simbólicos e de solidariedades entre os sujeitos, cujas identidades se constroem no processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios e negociações.

A partir das discussões teóricas sobre os conceitos e matrizes sobre os movimentos sociais, parte-se do pressuposto de que a teoria dos processos políticos apresenta uma matriz que coaduna com o que os movimentos do campo definem como sendo um movimento que, em suas bases, enfrenta o modelo do capital para a agricultura, o agronegócio, que hoje é hegemônico e impôs uma forma de exploração da natureza e do trabalho. Mas também gera contradições, e isso impõe uma correlação de forças muito adversa para as forças populares do campo avançarem. (CARTILHA MST, 2013, p.6).

Neste sentido é que o protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pela terra apresenta uma realidade que é tensa e uma tarefa indiscutivelmente de todos. Assim é que a Jornada agregou, através dos debates, possibilidades de projetos de extensão para fortalecimento do projeto da luta dos povos do campo.

O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA TERRA

Os resultados da Jornada sobre o protagonismo dos movimentos sociais na luta pela terra apresentaram sínteses relevantes para o desenvolvimento de projetos de extensão junto aos povos do campo, em especial ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, uma vez que apontou para o estado de penúria em que estão submersos homens e mulheres do

campo.

Desenvolver atividades de formação política com acampados e assentados da reforma agrária é uma possibilidade que surgiu a partir do diálogo entre os saberes da academia e os saberes dos camponeses em luta pela terra e por reafirmação dos direitos sociais. Direitos que sofrem uma desintegração na conjuntura atual, intensa expulsão de comunidades tradicionais das suas terras, ampliação da reprodução do capital, sobretudo do agronegócio.

Uma das consequências da concentração das terras é a pressão política e econômica pela apropriação e expropriação das terras dos camponeses por parte das empresas capitalistas. Essa expansão capitalista no campo nega, numa prática de exclusão social e produtiva, o modo de produzir e de viver dos camponeses.

Para Carvalho (2014, p.3):

Constata-se, na dinâmica da agricultura brasileira, o confronto entre dois modelos de produção: o modelo capitalista, cuja racionalidade está concentrada no lucro e tem como estratégia a artificialização e a estandardização dos produtos agrícolas (amplo senso) para a exportação; o modelo camponês de produção, cuja lógica é estabelecida pela reprodução social da família e tem como estratégia a diversificação de cultivos e criações, a harmonia entre a ação antrópica e a natureza e a oferta de alimentos saudáveis.

Isso alude projetos em disputas, em que, de um lado, está a expansão do capital e, do outro, a luta das populações do campo pela reprodução social da vida. Os camponeses elaboram estratégias, que vão desde a disputa pelos programas assistencialistas até formas de resistências sociais, devido à violação continuada dos seus direitos, seja por grandes empresários proprietários de terras, e até por grileiros.

Para Carvalho (2014), uma forma de resistência e atuação dos movimentos sociais do campo deve ser a consolidação da unidade política dos movimentos sociais e organizações sociais populares do campo, rumo a uma aliança popular no campo, a partir de objetivos estratégicos pactuados, que se coloquem além dos objetivos táticos de reivindicações e de protestos.

Uma das propostas que surgiram a partir da Jornada foi o desenvolvimento de atividades de extensão junto à população do campo (Bico do Papagaio), relacionadas à educação de jovens e adultos que não sabem ler e escrever, como prerrogativa de melhoria das condições de vida e de acesso aos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas por meio das atividades de extensão contribuíram para ampliar o conhecimento dos discentes acerca dos temas propostos e, especialmente, como os resultados das pesquisas se converteram em atividades de extensão, contribuindo para o fortalecimento da relação entre universidade e comunidade.

Ressalta-se a importância do grupo de pesquisa na dinâmica da produção dos saberes elaborados pela academia e sua interface com os saberes produzidos pelas comunidades. Procurou-se compreender a temática dos movimentos sociais por meio da cultura política implementada por seus atores. Essa cultura foi gestada no Brasil, a partir das lutas diárias, por melhores condições de vida e direitos sociais.

E a pesquisa apontou para o fato de que a apropriação coletiva do saber, na produção coletiva de conhecimentos, é direito dos povos do campo sobre a produção, o poder e a cultura. Muitas das práticas constituídas na pesquisa surgem como método de ação e forma

diversa de aprendizagem coletiva. Isso pode possibilitar uma diversidade de transformação do povo em sujeitos políticos em suas reivindicações na sociedade a que pertencem. Isso ocorre, especialmente, na interface da produção de saberes, ou seja, na construção do conhecimento através do diálogo entre saberes.

As experiências de extensão apontaram para o fato de que a vida cotidiana constrói o sentido do agir, como sentido da própria ação, que não é somente a indicada pelas estruturas sociais, submetida aos vínculos da ordem constituída. “O sentido é sempre mais produzido através de relações, e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa (MELUCCI, 2005, p. 29).

Entende-se que a extensão é parte indispensável do pensar e do fazer acadêmicos. Assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, o que conduz à adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades. Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

Concorda-se com a premissa contida no Plano Nacional de Extensão Universitária de 2010 de que a intervenção, na realidade, não pretende que a universidade substitua as funções de responsabilidade do Estado, mas que é sua tarefa produzir saberes, científicos e tecnológicos, artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população. Sobretudo, que esses saberes estejam em conexão com a cultura produzida pelas comunidades e que os elementos da realidade componham o conjunto dos conhecimentos produzidos por esta sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p.49-86, 2009.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico (2010)**. IBGE (2010). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2015. .
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD (2012). Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2015.
- _____. Plano Nacional – Extensão. Coleção-Extensão-Universitária/01, Brasília 2010. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano_Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf. Acesso em: 16 jan. 2015.
- BUAINAIN, A. M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.
- CARTILHA sobre os nossos desafios e as linhas políticas de atuação do MST. São Paulo, 2013. Mimeo.
- CARVALHO, H. M. A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo. Curitiba, 2014. Mimeo.
- FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- GOHN, M da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- MELUCCI, A. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. Métodos qualitativos e pesquisa reflexiva. In: _____. **Por uma sociologia reflexiva: Pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais em cena e as teorias por onde andam? **Revista Brasileira de Educação**, n. 8, set./dez. 1998.
- PLANO Plurianual Institucional. 2010-2015. Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010. Disponível em: www.uft.edu.br. Acesso em: 14 jan. 2015.
- TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Trad. Ana Maria Sallum. Rio de Janeiro-RJ: Vozes, 2009.

Artigo recebido em:
17/1/2015
Aceito para publicação em:
23/06/2015